

RECURSO ESPECIAL Nº 1.746.251 - RS (2018/0097745-2)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : **LEANDRO BOEIRA NYSTRON**
RECORRENTE : **LUCIANO DE CARVALHO BRITTO**
ADVOGADOS : **MARCO TÚLIO DE ROSE - RS009551**
: **PAULO ROBERTO DO NASCIMENTO MARTINS - RS028992**
: **RAFAEL LIMA MARQUES - RS046963**
: **CÁSSIO AUGUSTO VIONE DA ROSA E OUTRO(S) - RS050660**
: **ANTÔNIO NALEPINSKI WIDHOLZER - RS049628**
: **GUSTAVO VIONE DA ROSA - RS058461**
: **BRASIL ANTÔNIO PONTES - RS039988**
RECORRIDO : **TIAGO SALVADOR DE ROSA**
ADVOGADO : **MARCELO FROZI SOARES - RS068249**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. SUSPENSÃO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO E APREENSÃO DO PASSAPORTE. DESPROPORCIONALIDADE DA MEDIDA. AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA A ADOÇÃO DA MEDIDA COERCITIVA ATÍPICA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem registra a desproporcionalidade da adoção de medidas coercitivas atípicas no cumprimento da sentença em apreço. A reforma do aresto, neste aspecto, demanda inegável necessidade de reexame de matéria fático-probatória, providência inviável de ser adotada em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.

2. De acordo com a jurisprudência desta Corte, para a adoção de meios executivos atípicos, com fulcro no art. 139, IV, do CPC, é indispensável a demonstração da excepcionalidade da medida adotada em razão da ineficácia das que foram deferidas anteriormente. Precedentes.

3. Recurso especial não provido.

DECISÃO

1. Trata-se de recurso especial interposto por LEANDRO BOEIRA NYSTRON e outro, com fulcro no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MEDIDAS COERCITIVAS.

As medidas coercitivas requeridas pelos agravantes não assegurarão o efetivo pagamento da indenização conforme pleiteado.

AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.

Sustentam os recorrentes, ofensa ao art. 139, IV, do Código de Processo Civil, bem como dissídio jurisprudencial.

Defendem a necessidade de deferimento das medidas coercitivas pleiteadas, ou seja, a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação - CNH e apreensão do passaporte do recorrido, na atual fase de cumprimento da sentença, a qual já se desenvolve por mais de 10 anos, sem que tenha havido o pagamento por parte do devedor.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial (fls. 542/543).

Após crivo negativo de admissibilidade na origem (fls. 545/549), o feito foi submetido à apreciação desta Corte por meio do AREsp n. 1.284.851/RS, ao qual foi dado provimento e convertido no presente recurso especial (fl. 583).

Decido.

2. A irresignação não merece ser acolhida.

No caso em exame, a Corte Estadual consigna a desproporcionalidade do pleito dos credores para a aplicação de medidas coercitivas atípicas contra o devedor.

A propósito, colho o seguinte excerto do acórdão recorrido:

"(...) Os pedidos de suspensão da CNH e restrição ao passaporte do executado foram indeferidos pela Magistrada a quo, sob o argumento de que tais medidas são desproporcionais e não guardam relação com o crédito buscado no presente feito.

Também já foi dito nos autos que não existe risco de dano de difícil reparação no tocante à tutela pretendida pelos agravantes, pois tal não irá gerar qualquer indenização de forma automática.

Importa também referir que a presente situação não se enquadra no disposto no art. 139, IV, do NCPC, pois as medidas coercitivas requeridas pelos agravantes não assegurarão o efetivo pagamento da indenização conforme pleiteado por eles." (fl. 504) - g.n.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça exige que a aplicação da medida coercitiva atípica passe por juízo de ponderação de sua proporcionalidade/razoabilidade, de modo a traçar equilíbrio entre a menor onerosidade da execução contra o devedor e a eficácia do procedimento.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL.
MEDIDAS SATISFATIVAS DO CRÉDITO PERSEGUIDO DEVEM

SER RAZOÁVEIS E PROPORCIONAIS, PARA QUE SEJAM MENOS GRAVOSAS AO DEVEDOR E MAIS EFICAZES. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. PRECEDENTE. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE DA EXECUÇÃO EM FACE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. REVOLVIMENTO DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. É assente a cognição jurisprudencial deste Sodalício no sentido de que as medidas de satisfação do crédito perseguido em execução não podem extrapolar os liames de proporcionalidade e razoabilidade, de modo que contra o executado devem ser adotadas as providências menos gravosas e mais eficazes. Precedente.

2. No caso em exame, o Tribunal de origem, analisando o acervo fático-probatório dos autos, concluiu que os pedidos formulados pelo exequente, de suspensão de passaporte, de suspensão da CNH e de cancelamento dos cartões de crédito e débito, seriam excessivamente gravosos aos executados e desproporcionais à obrigação de pagamento do débito, mormente considerando que, no caso, o Juízo *a quo* já deferira medida adequada a compelir os devedores ao adimplemento, determinando inclusão de seus nomes nos cadastros de proteção ao crédito. A revisão de tal entendimento, na via estreita do recurso especial, sobretudo para perquirir a adequada aplicação do princípio da menor onerosidade no caso concreto, encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1283998/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 17/10/2018)

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL E REPARAÇÃO POR DANO MATERIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. QUANTIA CERTA. MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS. ART. 139, IV, DO CPC/15. CABIMENTO. DELINEAMENTO DE DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS PARA SUA APLICAÇÃO.

1. Ação distribuída em 10/6/2011. Recurso especial interposto em 25/5/2018. Autos conclusos à Relatora em 3/12/2018.

2. O propósito recursal é definir se, na fase de cumprimento de sentença, a suspensão da carteira nacional de habilitação e a retenção do passaporte do devedor de obrigação de pagar quantia são medidas viáveis de serem adotadas pelo juiz condutor do processo.

3. O Código de Processo Civil de 2015, a fim de garantir maior celeridade e efetividade ao processo, positivou regra segundo a qual incumbe ao juiz determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária (art. 139, IV).

4. A interpretação sistemática do ordenamento jurídico revela, todavia, que tal previsão legal não autoriza a adoção indiscriminada de qualquer medida executiva, independentemente de balizas ou meios de controle

efetivos.

5. De acordo com o entendimento do STJ, as modernas regras de processo, ainda respaldadas pela busca da efetividade jurisdicional, em nenhuma circunstância poderão se distanciar dos ditames constitucionais, apenas sendo possível a implementação de comandos não discricionários ou que restrinjam direitos individuais de forma razoável. Precedente específico.

6. A adoção de meios executivos atípicos é cabível desde que, verificando-se a existência de indícios de que o devedor possua patrimônio expropriável, tais medidas sejam adotadas de modo subsidiário, por meio de decisão que contenha fundamentação adequada às especificidades da hipótese concreta, com observância do contraditório substancial e do postulado da proporcionalidade.

7. Situação concreta em que o Tribunal *a quo* indeferiu o pedido do exequente de adoção de medidas executivas atípicas sob o singelo fundamento de que a responsabilidade do devedor por suas dívidas diz respeito apenas ao aspecto patrimonial, e não pessoal.

8. Como essa circunstância não se coaduna com o entendimento propugnado neste julgamento, é de rigor - à vista da impossibilidade de esta Corte revolver o conteúdo fático-probatório dos autos - o retorno dos autos para que se proceda a novo exame da questão.

9. De se consignar, por derradeiro, que o STJ tem reconhecido que tanto a medida de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação quanto a de apreensão do passaporte do devedor recalcitrante não estão, em abstrato e de modo geral, obstadas de serem adotadas pelo juiz condutor do processo executivo, devendo, contudo, observar-se o preenchimento dos pressupostos ora assentados. Precedentes.

RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

(REsp 1782418/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 26/04/2019)

2.1 Além disso, em consulta ao andamento do presente feito no site do TJRS - cumprimento de sentença 001/1.08.0339067-3 (CNJ 3390671-05.2008.8.21.0001) - verifica-se pela Nota de Expediente n. 2351/2019, de 10/09/2019, da 13ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre/RS, que foi deferida penhora das cotas do recorrido na empresa TSR COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE TINTAS LTDA.

Portanto, não se verifica o **esgotamento dos meios típicos de satisfação da dívida**, vez que houve a penhora de bens do executado, restando desatendidos os requisitos para a adoção de medidas coercitiva atípicas ora pleiteadas.

Além disso, é assente a jurisprudência desta Corte, no sentido de que a utilização dos meios executivos atípicos, é indispensável **a demonstração da excepcionalidade da medida, em razão da ineficácia das que foram deferidas anteriormente**, o que, a toda evidência, não se configura na espécie, vez que o cumprimento de sentença encontra-se com penhora deferida.

Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE

INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS DECORRENTES DE MORTE EM ACIDENTE DE TRÂNSITO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MEDIDA COERCITIVA ATÍPICA. ART. 139, IV, DO CPC/2015. SUSPENSÃO DA CNH. REVISÃO DA CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO EM RELAÇÃO AOS CRITÉRIOS QUE AUTORIZARAM O DEFERIMENTO DA MEDIDA. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STF. RECURSO DESPROVIDO.

1. Nos termos do art. 139, IV, do CPC/2015, incumbe ao juiz "determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária."

2. Para que o julgador se utilize de meios executivos atípicos, a decisão deve ser fundamentada e sujeita ao contraditório, demonstrando-se a excepcionalidade da medida adotada em razão da ineficácia das que foram deferidas anteriormente.

3. No caso, segundo assinalou o órgão julgador, após esgotados os meios típicos de satisfação da dívida, a fim de reforçar os atos tendentes ao cumprimento da obrigação reconhecida pelo título judicial, optou o magistrado por eleger medida indutiva e coercitiva que considerou adequada, necessária, razoável e proporcional. Esse entendimento foi encampado pelo Tribunal local, que ainda ressaltou o fato de que o executado possui alto padrão de vida, incompatível com a alegada ausência de patrimônio para arcar com o pagamento da indenização decorrente do acidente que provocou.

4. Para se ultrapassar a conclusão alcançada no tocante ao juízo de adequação, efetividade, razoabilidade e proporcionalidade da medida, a fim de acolher a tese recursal, seria necessário o reexame das circunstâncias fático-probatórias da causa, o que não se admite em âmbito de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 deste Tribunal, aplicável, também, em relação aos recursos interpostos com amparo na alínea c do permissivo constitucional (AgInt no REsp n. 1.679.274/PE, Relatora a Ministra Regina Helena Costa, DJe de 5/12/2017).

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1785726/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 22/08/2019) - g.n.

2.2 Assim, verifica-se que o entendimento perfilhado pela Corte Estadual está em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, sendo que para rever as conclusões externadas no acórdão impugnado seria necessário o revolvimento do conjunto probatório, providência incompatível com o recurso especial. Incide, portanto, os enunciados das Súmulas 7 e 83 do STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PRETENSÃO DE QUE SEJA SUSPENSA A CNH DO DEVEDOR COM BASE NO ART. 139, IV, DO CPC/2015. CONCLUSÃO NO SENTIDO DA INADEQUAÇÃO DA MEDIDA PARA O FIM COLIMADO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO

Superior Tribunal de Justiça

DESPROVIDO.

1. O Tribunal estadual entendeu que a medida pleiteada - suspensão da CNH dos recorridos - é inadequada para o fim colimado, pois é desproporcional no caso em tela, especialmente porque atinge a pessoa do devedor, não seu patrimônio. Essa conclusão foi fundada na apreciação fático-probatória da causa, atraindo a aplicação da Súmula 7/STJ.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1233016/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 17/04/2018)

3. Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator